

## Evidenciação de Informações Ambientais em Empresas do Segmento de Utilidade Pública Listadas na BM&FBOVESPA: Um Estudo sobre a Evolução na Divulgação dessas Informações<sup>1</sup>

### *Environmental Information Disclosure in Companies in the Public Utility Segment Listed in BM&FBOVESPA: A Study on the Evolution in the Disclosure of Such Information*

**Felipe Augusto Pessoa de Belmont Fonseca**

Graduado em Ciências Contábeis - UFPB.

Endereço: Rua João Soares Padilha, 81, apt. 02 - Aeroclub - João Pessoa, PB. CEP: 58036-835, Brasil.

Fone (83) 3216-7176, e-mail: [filipebelmont@hotmail.com](mailto:filipebelmont@hotmail.com)

**Karla Katiuscia Nobrega de Almeida**

Mestre em Ciências Contábeis - Professora Assistente do Departamento de Finanças e Contabilidade da UFPB.

Endereço: Rua João Soares Padilha, 81, Apt. 02 - Aeroclub, João Pessoa, PB. CEP: 58036-835, Brasil.

Fone (83) 3216-7176, e-mail: [kknalmeida@gmail.com](mailto:kknalmeida@gmail.com)

**Robério Dantas de França**

Mestre em Ciências Contábeis - Professor Assistente do Departamento de Finanças e Contabilidade - UFPB

Endereço: Rua Prefeito Francisco de A. N. Nóbrega, 35, Apt. 204-A, Água Fria - João Pessoa-PB. CEP: 58.053-025

Fone (83) 3216-7176, e-mail: [roberiodantas@terra.com.br](mailto:roberiodantas@terra.com.br)

#### RESUMO

Na perspectiva da divulgação corporativa de informações financeiras relacionadas com o meio ambiente, o Conselho Federal de Contabilidade contribuiu ao editar a Norma Brasileira de Contabilidade técnica NBC T - 15, que versa sobre informações de natureza social e ambiental. Este artigo objetivou analisar a aderência das informações ambientais divulgadas nos Balanços Sociais das empresas do setor de utilidade pública listadas na BM&FBOVESPA às exigências da NBC T 15, nos exercícios de 2008 a 2010. Tal intento adveio da leitura de estudos anteriores sobre o tema, destacando-se o de Cavalcanti *et al.* (2009). Utilizou-se a pesquisa documental e de levantamento, descritiva, e com predominância quantitativa quanto à abordagem do problema. Foram analisados os Balanços Sociais de 37, 39 e 37 empresas respectivamente nos anos 2008, 2009 e 2010, de um universo de 62. Observou-se que a maioria das organizações estudadas preferiu divulgar seus Balanços Sociais através do relatório da administração. Quanto à aderência à NBC T 15, constatou-se que o grau médio foi de 28%. Tal resultado se mostra inferior ao identificado no estudo de Cavalcanti *et al.* (2009) no qual foi observado um percentual de 32%. Constatou-se, portanto, decréscimo no nível de divulgação de informações ambientais em conformidade com a NBC T 15, entre 2007 e 2010, no contexto das empresas de utilidade pública, o que pode contribuir para a não promoção de divulgação de informação financeira justa, adequada e completa.

**Palavras chave:** Informações Ambientais. Evidenciação. Balanço Social.

#### ABSTRACT

From the perspective of corporate disclosure of financial information relating to the environment, the Conselho Federal de Contabilidade contributes to edit the Norma Brasileira de Contabilidade Técnica NBC T - 15, which deals with information social and environmental nature. Thus, this paper analyzes the grip of environmental information disclosed in the Social Balance of public utility companies, whose listed requirements are on the BM&FBOVESPA NBC T 15 under the years 2008 to 2010. This attempt came from the reading of previous studies on the subject, emphasizing the study by Cavalcanti *et al.* (2009). For this purpose, we used survey and archival research, descriptive, with a predominance of the quantitative on the approach of the problem. We analyzed the Social Balance of 37, 39 and 37 companies respectively in the years 2008, 2009 and 2010, inside a universe of 62. It was observed that the majority of organizations surveyed preferred to disclose their balance sheets through the Social management report. In regards to the adherence to NBC T 15, it was found that the average grade was 28%. This result shows itself below the one identified in the study of Cavalcanti *et al.* (2009) in which there was a percentage of 32%. There is, therefore, a decrease in the level of disclosure of environmental information in accordance with IAS 15, between 2007 and 2010 in the context of public utilities, which may contribute to the non-promotion of fair financial disclosure, that is adequate and complete.

**Keywords:** Environmental Information. Disclosure. Social Balance.

<sup>1</sup> Artigo recebido em 18.06.2012. Revisado por pares em 01.07.2012 (*blind review*). Reformulado em 10.07.2012. Recomendado para publicação em 25.07.2012 por José Ribamar Marques de Carvalho (Editor Científico). Publicado em 09.08.2012.

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XX, o mundo vem sofrendo mudanças significativas no modo de pensar a responsabilidade sócio-ambiental das organizações. Isso se deve em grande parte ao agravamento da degradação ao meio ambiente. Nesta perspectiva, a contabilidade ambiental se mostra como ferramenta à gestão e a tomada de decisões dos mais diversos grupos de usuários.

O presente trabalho surgiu com o intuito de verificar a atual situação da forma de evidenciação e aderência as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, no que se refere à divulgação de informações ambientais, especificamente a Norma Brasileira de Contabilidade técnica NBC T 15, que versa sobre informações de natureza social e ambiental. Tal intento adveio da leitura de estudos anteriores sobre o tema, destacando-se o realizado por Cavalcanti *et al.* (2009), o qual concluiu que houve uma adesão parcial das empresas do segmento de utilidade pública listada na BM&FBOVESPA, no exercício social de 2007, quanto a divulgação de informações ambientais nos moldes da NBC T 15.

Assim, optou-se por replicar a metodologia utilizada por Cavalcanti *et al.* (2009), referente aos dados de 2007, para a mesma população, considerando o período de 2008 a 2010, o que pode tornar possível fazer constatações sobre o processo evolutivo da divulgação de informações ambientais, a partir de 2007 até 2010.

Nesse contexto, surge o seguinte questionamento: *Qual o grau de aderência das informações contábeis ambientais divulgadas pelas empresas do setor de utilidade pública, listadas na BM&FBOVESPA, à NBC T 15, no período de 2008 a 2010?*

Assim, tem-se como objetivo geral analisar a aderência das informações ambientais divulgadas nos balanços sociais das empresas do setor de utilidade pública, listadas na BM&FBOVESPA, às exigências da NBC T 15, nos exercícios de 2008 a 2010.

Ressalta-se que as empresas de utilidade pública possuem grande potencial de poluição e degradação do meio ambiente. Sabe-se que os serviços de abastecimento e saneamento, podem causar grandes desequilíbrios nos ambientes de onde é retirada a água, como, por exemplo, a mudança de curso de rios e alagamento de grandes áreas. Já o setor de geração e distribuição de energia causa impactos em todo o processo de produção e de distribuição da energia. Apesar disto, observa-se escassez de estudos na área de Contabilidade ambiental voltados para esse setor, quando comparado à outros, como o de papel e celulose. Tais ponderações motivaram a escolha desse setor para estudo.

Apresentar como as empresas de utilidade pública disponibilizam suas informações financeiras de caráter ambiental, de forma a cumprirem os requisitos das orientações normativas pertinentes, possibilita a reflexão sobre se essa divulgação ocorre de maneira justa, adequada e completa. Nisto reside a importância desse estudo.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Evidenciação de Informações Ambientais

Como sistema de informações, a contabilidade propicia a oportunidade da geração de informação que evidencia os efeitos decorrentes de ações e práticas de gestão ambiental. Em nível internacional, diversas pesquisas têm tratado o tema focando diversos aspectos e utilizando teorias distintas.

Os trabalhos de Clarkson e Richardson (2007) e Magness (2006) investigaram a relação entre performance ambiental e *disclosure*. Os estudos de O'Dwyer (2002) e Adams (2006) com enfoque social investigaram questões relacionadas à percepção gerencial e sua relação com o *disclosure* social e ambiental nas organizações.

Em se tratando da utilização de teorias nas pesquisas ambientais e sociais, destacamos o trabalho de Patten e Cho (2007), os quais, sob o foco da teoria da legitimidade, fizeram um estudo para investigar o *disclosure* de itens monetários e não monetários de natureza ambiental. Tal estudo identificou que no intuito de manter a legitimidade na sociedade as firmas pesquisadas que tinham baixa performance aumentavam o grau de evidenciação dos itens monetários e não monetários de natureza ambiental.

Destacamos, ainda, estudos que utilizaram a teoria institucional no contexto ambiental e social, tais como o de Rahaman, Lawrence e Roper (2004), que buscou identificar a influência do Banco Mundial na adoção de práticas de divulgação de relatórios sociais e ambientais numa companhia estatal de Gana. Assim como o trabalho de Aerts, Cormier e Maignan (2006), que avaliaram comportamentos miméticos em empresas canadenses, francesas e alemãs no período de cinco anos, os quais ocorridos em função de pressões de conformidade do campo organizacional.

No Brasil, a divulgação de informações de natureza sócio ambiental através da contabilidade data do início da década de 1990, quando surgiram também os primeiros trabalhos acadêmicos sobre contabilidade ambiental no Brasil conforme Calixto (2007, p.13).

A contabilidade ambiental se mostrava, portanto, como uma nova maneira de mensurar, controlar e divulgar informações financeiras de natureza ambiental nas organizações. Para Iudícibus (1997 *apud* PONTES; OLIVEIRA, 2004), a evidenciação constitui compromisso inalienável da Contabilidade com seus usuários e com seus próprios objetivos, e diz respeito à apresentação ordenada de informações quantitativas e qualitativas, propiciando uma base adequada de informações para o usuário.

A definição dada pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC em sua resolução nº 1.1121/2008, tópico 12, diz que o objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisão econômica. Assim, tem-se a contabilidade como uma maneira de fazer a ligação entre as entidades e os usuários da informação, sejam eles internos ou externos, quanto à informações financeiras, econômica ou mesmo ambientais.

Hendriksen e Van Breda (1999, p.515), explicam que a divulgação das informações financeiras devem ser adequadas, justas e completas.

A mais comumente utilizada dessas expressões é a divulgação adequada, mas isso pressupõe um volume mínimo de divulgação compatível com o objetivo negativo de evitar que as demonstrações sejam enganadoras. Divulgação justa e divulgação completa são conceitos mais positivos. A divulgação justa subentende um objetivo ético de tratamento equitativo de todos os leitores em potencial. Divulgação completa pressupõe a apresentação de toda informação relevante.

Segundo Costa e Marion (2007) a Contabilidade por se tratar de uma ciência que tem por objeto de estudo o patrimônio, também deve registrar e prestar informações de todos os fatos referentes ao meio ambiente, já que o meio ambiente é o patrimônio que pertence a todos. A importância da evidenciação de informações ambientais pela contabilidade também é

identificada por Calixto (2007), ao ressaltar a contribuição que a contabilidade pode dar a sociedade através da evidenciação de eventos ligados ao meio ambiente de forma transparente nas demonstrações contábeis.

No que se refere a informações ambientais, seus usuários são considerados secundários, na maior parte dos relatórios, pois na maioria das vezes, não há conhecimento sobre as suas necessidades informacionais para as suas decisões. Ao contrário do que acontece com investidores e credores, que tem informações específicas sobre a entidade mostrando clareza nos aspectos para a sua correta tomada de decisão.

Portanto, a falta de divulgação de relatórios de natureza social e ambiental, parece se dever em parte à falta de conhecimento das necessidades informativas dos variados grupos de usuários das informações que são relevantes para eles. Apesar disto, nos últimos anos, as organizações têm procurado divulgar as suas ações socioambientais. Elas têm buscado por meio de demonstrações, evidenciar as suas ações em programas sociais, relação com colaboradores e o meio ambiente. Para tanto, é necessário muito mais informações do que as previstas na lei das sociedades por ações.

De acordo com Tinoco e Kraemer (2008), no Brasil não há uma grande preocupação com a evidenciação de informações sociais, havendo sempre uma maior ênfase na divulgação de demonstrativos contendo informações societárias. Porém, nos últimos anos as empresas têm procurado evidenciar tais informações, devido às exigências de mercado, tornando mais claro a sua responsabilidade social (COSTA; MARION, 2007).

Segundo Nossa (2002, *apud* BEET; SOUTHER, 2011, p.129) “...muitas empresas estão mais suscetíveis às preocupações dos investidores e estão emitindo voluntariamente relatórios ambientais periódicos, independente dos relatórios financeiros anuais”.

Para Braz *et al.* (2009, p.06), “o desafio da Contabilidade Ambiental está, principalmente, na identificação e mensuração de eventos que possam afetar tanto os resultados da entidade quanto ao meio ambiente, incluindo aí, as pessoas que ali vivem”.

Costa e Marion (2007) afirmam que a maioria das informações de caráter ambiental deve ser evidenciada isoladamente, os ativos ambientais devem ser classificados e divulgados no Ativo do Balanço Patrimonial, ao passo que o Passivo ambiental deve também ser divulgada de forma separada nas exigibilidades do balanço patrimonial. O Instituto de auditores independentes do Brasil – Ibracon recomenda essa segmentação como pode ser observado no NPA 11, subtópico 21:

Seria recomendável que, seja no Ativo seja no Passivo Ambiental, os valores decorrentes de investimentos na área de Meio Ambiente fossem apresentados em títulos contábeis específicos, identificando, numa segmentação adequada, o Ativo Imobilizado Ambiental, Estoques Ambientais, Diferidos Ambientais, etc., bem como os Passivos Ambientais. (Financiamentos Específicos, Contingências Ambientais definidas, etc.).

Uma das formas com que as empresas têm procurado evidenciar tais informações é o Relatório da Administração. Isso se dá pela linguagem de caráter menos técnica empregada nesse relatório “...mas que possam apresentar um panorama do cenário em que estão inseridas, é o Relatório da Administração, no qual podem ser utilizados recursos como gráficos, tabelas, quadros comparativos entre outros” (COSTA; MARION, 2007, p. 27).

Outro relatório que vem ganhando força nos últimos anos é o Balanço Social, cujo modelo mais utilizado atualmente é o proposto pelo Instituto Brasileiro de Análises

Econômicas – o IBASE. O Balanço Social é um demonstrativo publicado anualmente pela empresa reunindo um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade. É também um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa.

O Conselho Federal de Contabilidade – CFC, também instituiu um demonstrativo para a divulgação de informações de cunho social e ambiental. As Normas Brasileiras de Contabilidade, através da NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental – criada pela Resolução CFC 1.003, de 19 de agosto de 2004, determinam a obrigatoriedade da Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental a partir de 1º de janeiro de 2006.

Em suma, a Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental - DINSA é um tipo de balanço social, que contempla informações de natureza, sócio-ambiental. Para os fins a que se propõe este estudo, concentrar-se-á nas variáveis ambientais solicitadas por este demonstração, conforme comentado na metodologia.

Por último, observa-se o modelo de evidenciação GRI (*Global Reporting Initiative*), também conhecido como Relatório de Sustentabilidade, que busca evidenciar informações de caráter social, ambiental, econômica e financeira, evidenciando as iniciativas da entidade na construção do desenvolvimento sustentável.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada através de duas fontes, a primeira com utilização de livros e artigos publicados em revistas especializadas, assumindo assim, características de pesquisa bibliográfica. A segunda se realizou através da coleta de informações contábeis de caráter ambiental constantes nos Balanços Sociais apresentados no conjunto de informações publicadas pelas empresas do segmento de Utilidade Pública listadas na BM&FBOVESPA, caracterizando-se, portanto, como uma pesquisa documental e de levantamento. Assume, também, características de pesquisa descritiva, quanto à execução dos objetivos, e predominância do aspecto quantitativo, quanto à abordagem do problema.

As informações foram coletadas nos demonstrativos contábeis publicados no sítio da BM&FBOVESPA, através das demonstrações financeiras padronizadas – DFP's. Nestes documentos, coletou-se o relatório da administração e as notas explicativas em busca dos Balanços Sociais das companhias do segmento de utilidade pública. Adicionalmente, quando os balanços sociais não eram encontrados nesse conjunto de informações, procurou-se o mesmo no sítio virtual das organizações estudadas. O período temporal compreendeu os anos de 2008, 2009 e 2010. Sendo no total 73 empresas, constituindo assim a população deste estudo, das quais efetivamente nos deu uma amostra de 37, 39 e 37 empresas respectivamente nos três anos.

Na análise dos dados foi utilizada a estatística descritiva, através do emprego de percentuais que procuraram mensurar o grau de aderência de cada variável analisada, à NBC T 15, com o apoio de planilhas, produzidas com o programa *Microsoft Office Excel* versão 2007. Foram levantadas as informações constantes nos Balanços Sociais que estavam relacionadas com os pontos elencados no subtópico 15.2.41 na NBC T – 15, consideradas neste estudo como as variáveis analisadas, conforme o Quadro 1:

Quadro 1 – Informações que devem ser divulgadas segundo a NBC – T 15

Nas informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente, devem ser evidenciados:
a) investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;
b) investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;
c) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;
d) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;
e) investimentos e gastos com outros projetos ambientais;
f) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;
g) valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;
h) passivos e contingências ambientais.

Fonte: Normas Brasileiras de Contabilidade, NCT – 15, tópico 15.2.41.

Os dados coletados foram analisados e comparados com a pesquisa realizada por Cavalcanti *et al.* (2009), intitulada “Divulgação de Informações Contábeis Ambientais das Empresas Brasileiras do Setor de Utilidade Pública: Um Estudo sobre o grau de Aderência às Normas Brasileiras de Contabilidade”.

#### 4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para cumprimento do objetivo proposto nesta pesquisa, discutem-se os dados coletados, dividindo os comentários em duas subseções, que tratam das características de divulgação de informações ambientais nas empresas estudadas, e da evolução da aderência à NBC - T 15, no que se refere à divulgação de informações ambientais das empresas estudadas, no período de 2008 à 2010.

##### 4.1 Características das empresas estudadas, quanto a divulgação de informações ambientais.

O setor de Utilidade Pública da BM&FBOVESPA é composto por empresas do ramo de distribuição e saneamento de água, geração e distribuição de energia elétrica e distribuição de gás encanado, o que nos deu um universo de 73 empresas, dentre as quais 90% pertencem ao segmento de geração e distribuição de energia elétrica, em 2010.

Ainda analisando com base no ano de 2010, observou-se que, onze dessas entidades são de participação acionária, não existindo atividade operacional nelas, sendo, portanto, excluídas da análise, o que reduziu a amostra para 62 empresas.

Outra redução da população foi necessária, ao considerar apenas aquelas empresas que apresentaram o balanço social, nos anos de 2008, 2009 e 2010, conforme Tabela 1. Pode-se notar que, nos três anos analisados, o percentual de empresas que divulgam o seu balanço social supera o de não divulgação. Pela leitura da Tabela 1, também é possível perceber uma discreta tendência em aumentar a adesão das empresas estudadas em relação à divulgação desse relatório.

Tabela 1 – Disponibilidade do Balanço Social nos anos estudados

Disponibilidade do Balanço social	2008		2009		2010	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Balanço social encontrado	37	59,68	39	62,90	37	61,29
Balanço social não encontrado	25	40,32	23	37,10	24	38,71
TOTAL	62	100	62	100	62	100

Fonte: dados da pesquisa, 2011.

Considerando-se a divisão em subsetores, a distribuição das empresas que divulgaram seu balanço social, no período estudado, apresentou-se conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Participação percentual de cada subsetor do segmento de Utilidade pública da BOVESPA em relação à divulgação dos seus Balanços Sociais.

Subsetores	2008		2009		Divulgação % no subsetor	2010	
	Qte.	%	Qte.	%		Qte.	%
Água e saneamento	3	8,11	3	7,69	60%	3	7,69
Geração e distribuição de energia	33	89,19	35	89,74	64%	34	89,74
Distribuição de gás	1	2,70	1	2,56	50%	0	2,56
TOTAL	37	100	39	100	-	37	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Na tabela 2, observa-se que a divulgação do Balanço Social foi maior no subsetor de geração e distribuição de energia elétrica, nos três anos analisados, em que mais de 89% das empresas da amostra divulgam esse relatório. A predominância de divulgação encontrada neste subsetor é influenciada pela quantidade de empresas pertencentes a ele, uma vez que se trata do mais populoso (90% do universo estudado).

No entanto, para melhor análise dos dados, optou-se por excluir o efeito quantidade de empresas por subsetor, e, para o ano de 2009, calculou-se o percentual de empresas que utilizam o Balanço Social, como forma de evidenciação de informações ambientais, no qual se observa a *performance* de cada subsetor.

Observando-se os números da tabela 2, depreende-se que a maior parte dos dados analisados continua advinda das empresas do segmento de geração e distribuição de energia elétrica. Apesar desse subsetor ser o mais populoso em número de empresas, este apresenta em torno de 64% de suas empresas com divulgação do Balanço Social, bastante próximo ao subsetor de água e saneamento, que obteve 60% das empresas com o balanço social encontrado. Todos esses percentuais revelam que ainda há uma adesão parcial das empresas estudadas à divulgação do demonstrativo em questão.

Quanto ao meio de divulgação das informações ambientais escolhido pelas empresas estudadas, analisou-se o relatório da administração, as notas explicativas e os sites dessas companhias. A escolha desses documentos se deu pela constatação obtida no trabalho de Cavalcanti *et al.* (2009), no qual foi identificado que a maioria das empresas relacionadas no setor de Utilidade Pública disponibilizaram os seus balanços sociais, no ano de 2007, nos demonstrativos citados.

Os resultados sobre a preferência dos subsetores analisados, quanto aos meios utilizados para a divulgação das suas informações ambientais, no período estudado, são mostrados na tabela 3 e comentados individualmente por subsetor.

Tabela 3 – Meios de divulgação dos Balanços sociais nas empresas do Segmento de Geração e Distribuição de Energia Elétrica, nos anos de 2008, 2009 e 2010.

	2008		2009		2010	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Notas explicativas	3	9	3	9	3	9
Relatório da administração	30	91	32	91	31	91
Sítio da empresa	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>33</b>	<b>100</b>	<b>35</b>	<b>100</b>	<b>34</b>	<b>100</b>

Fonte: dados da pesquisa, 2011.

No subsetor de Água e Saneamento, 67% do total dessas empresas preferem divulgar o seu Balanço Social no relatório da administração, enquanto que 33% preferem usar a sua *home page* para tanto, mantendo-se constantes nos três anos analisados. Diante desses resultados, pode-se refletir que o relatório da administração pode não ser considerado como uma fonte com alto grau de credibilidade, uma vez que não há uma estrutura definida, uma padronização, como em outros demonstrativos.

É importante também ressaltar que a disponibilidade do Balanço Social no relatório da administração evidencia que o mesmo não passou pelo crivo da auditoria independente, já que o relatório em questão não faz parte dos documentos que são obrigados a serem auditados. Conforme pondera Iudícibus (2004, p. 128), quando comenta sobre as evidenciações dispostas no Relatório da Administração, tem-se que:

Essas evidenciações são de relativa importância, desde que não sejam auditadas ou não estejam sujeitas à revisão do auditor, pois normalmente são enviesadas pelo lado do otimismo inconsequente, sendo comuns frases como estas: “Confiamos que continuaremos a apresentar um desenvolvimento favorável de nossas operações no futuro”, e outras do gênero. Embora deva ser encarado com cautela, esse tipo de evidenciação não deixa de ser interessante, por apresentar indícios de políticas da empresa que podem auxiliar o usuário a formar uma tendência.

No subsetor de geração e distribuição de energia elétrica, obteve-se uma amostra de trinta e três empresas em 2008 e 2009 e de trinta e cinco em 2010, que divulgaram seus balanços sociais, conforme demonstrado na Tabela 3.

Quanto a disposição do Balanço Social na amostra, nos anos analisados, observou-se que a maioria das informações estavam disposta no relatório da administração (Tabela 3), enquanto que somente três divulgaram nas notas explicativas. Tais resultados mostram uma efetiva preferência do subsetor de Geração e Distribuição de Energia para a divulgação dos seus balanços sociais no relatório da administração.

É oportuno esclarecer que, no exercício financeiro de 2010, houve a entrada de duas novas companhias que começaram a operar no mercado acionário, sendo listadas na BM&FBOVESPA. Porém, essas empresas fizeram parte da nossa população no ano de 2010, mas não foram incluídas na nossa amostra, em virtude da indisponibilidade dos dados em todos os anos pesquisados.

Do exposto, constata-se que as empresas do subsetor de geração e distribuição de energia elegeram o relatório da administração como método de divulgação para o seu Balanço Social durante o triênio analisado, a exemplo do subsetor de água e saneamento, conforme discutido anteriormente.

O subsetor de distribuição de gás possui a menor população encontrada, apenas duas empresas. Esse pequeno número pode ser reflexo do setor, que ainda não atende a maior parte das cidades do país, ficando restritas ao sudeste do Brasil, localizadas nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. No período investigado, somente foi encontrado o Balanço Social de uma delas, em sua *home page*. Como a amostra é pequena, não se pode inferir muito sobre o nível de divulgação dessas empresas. Nota-se, portanto, ausência do Balanço Social divulgado no sítio da BOVESPA, contido no conjunto das DFP's.

Adicionalmente, observou-se que os únicos Balanços Sociais encontrados no sítio da organização são referentes aos exercícios financeiros de 2008 e 2009, não havendo nenhuma informação acerca do ano de 2010 para esse subsetor.

#### 4.2 Evolução da aderência de divulgação de informações ambientais das empresas estudadas quanto à NBC - T 15, no período de 2008 à 2010.

A presente pesquisa objetivou analisar a aderência das informações ambientais divulgadas nos Balanços Sociais das empresas do setor de utilidade pública, listadas na BM&FBOVESPA, às exigências da NBC T 15, nos exercícios de 2008 a 2010.

Nesta perspectiva, analisaram-se os parâmetros elencados na NBC – T 15, em seu tópico 15.2.41, que versam sobre a interação da organização com o meio ambiente. Os resultados encontrados estão demonstrados na Tabela 4.

Na Tabela 4, pode-se verificar o percentual das empresas que divulgaram suas informações em aderência à NBC T-15, no que se refere a informações ambientais, individualizados por item da norma.

Os percentuais de aderência e não aderência foram calculados tomando por base a quantidade de empresas da amostra que divulgou (ou não divulgou) cada item da norma estudada. Os percentuais médios correspondem a média aritmética dos itens 3.1 a 3.5, dos itens 3.6 a 3.8 e a média aritmética geral (itens 3.1 a 3.8).

Tabela 4– Grau de Aderência aos itens da NBC T – 15 no triênio 2008, 2009 e 2010.

	2008		2009		2010	
	ADERÊNCIA	NÃO ADERÊNCIA	ADERÊNCIA	NÃO ADERÊNCIA	ADERÊNCIA	NÃO ADERÊNCIA
3.1. Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;	95 %	5 %	97 %	3 %	97 %	3 %
3.2. Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;	16 %	84 %	15 %	85 %	16 %	84 %
3.3. Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;	11 %	89 %	10 %	90 %	11 %	90 %
3.4. Investimentos e gastos com educação ambiental para a	14 %	86 %	10 %	90 %	11 %	89 %

comunidade;						
3.5. Investimentos e gastos com outros projetos ambientais;	84 %	16 %	79 %	21 %	84 %	16 %
MÉDIA (itens 3.1. a 3.5.)	44 %	56 %	42 %	58 %	44 %	56 %
3.6. Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;	8 %	92 %	8 %	92 %	8 %	92 %
3.7. Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;	8 %	92 %	8 %	92 %	8 %	92 %
3.8. Passivos e contingências ambientais.	8 %	92 %	8 %	92 %	8 %	92 %
MÉDIA (itens 3.6 a 3.8)	8 %	92 %	8 %	92 %	8 %	92 %
<b>MÉDIA GERAL</b>	<b>28 %</b>	<b>72 %</b>	<b>27 %</b>	<b>73 %</b>	<b>28 %</b>	<b>72 %</b>

Fonte: dados da pesquisa, 2011.

Os itens 3.1 a 3.5 são considerados, neste estudo, como reveladores de “aspectos positivos” para a imagem da entidade, em sua relação com o meio ambiente. Para esses itens, as empresas estudadas mostraram uma aderência frequente de 44%, em relação às exigências da NBC T 15, considerando o triênio analisado. Tais resultados estão em consonância com os obtidos em 2007, segundo os quais 44% das empresas divulgaram tais aspectos em seus balanços sociais.

Os itens 3.6 a 3.8, em contrapartida, respondem pela evidenciação de aspectos, considerados nesta pesquisa como “negativos” para a imagem da entidade, uma vez que estão relacionados a multas, litígios e passivo ambiental. Para esses itens, apuraram-se os menores percentuais de aderência às exigências da NBC T-15. Nos anos analisados, apenas 8% das empresas estudadas divulgaram suas informações conforme solicitados pela NBC T-15, nos anos de 2008, 2009 e 2010. Com relação ao resultado obtido em 2007 houve um pequeno decréscimo, que era de 12% naquele ano.

Porém, essa queda no percentual de evidenciação dessas informações no Balanço Social pode não ser reflexo da diminuição no número de processos e multas. Isso pode ser observado com a notícia que uma das empresas analisadas, que não evidencia tais fatos, tem processos litigiosos com a justiça. Como se pode conferir no portal de notícias da região de Triunfo - RS de junho de 2011, segundo portal de notícias.

No caso, as empresas Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica CEEE-D, AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S/A e a AES Florestal LTDA, ainda se encontram envolvidas em litígio ambiental, porém o mesmo não é evidenciado em seus balanços sociais. Este fato contribui para questionar se essas empresas estão divulgando suas informações ambientais de maneira justa, adequada e completa.

Assim, é possível constatar que o grau médio de aderência às exigências de divulgação de informações ambientais estabelecidas pela NBC T 15 (itens 3.1. a 3.8) é de 28%, promovido pelas empresas do segmento de utilidade pública, no triênio analisado.

O resultado da aderência à NBC T 15, por subsetor (Água e Saneamento e Geração e Distribuição de Energia) é mostrada na Tabela 5. Cada item observado, conforme a Tabela 5, mereceu comentários detalhados, os quais estão apresentados a seguir. Para efeito de comparação, inseriu-se os resultados encontrados para 2007, segundo estudo de Cavalcanti *et al.* (2009).

Tabela 5 – Aderência aos itens na NBC T – 15, por subsetor analisado.

	2007		2008		2009		2010	
	Água	Energia	Água	Energia	Água	Energia	Água	Energia
3.1 investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;	100%	95%	100%	97%	100%	97%	100%	97%
3.2 investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;	33%	16%	33%	15%	33%	14%	33%	15%
3.3 investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;	0%	3%	0%	12%	0%	11%	0%	12%
3.4 investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;	0%	21%	0%	15%	0%	11%	0%	12%
3.5 investimentos e gastos com outros projetos ambientais;	67%	79%	67%	85%	67%	80%	67%	82%
3.6 quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;	33%	11%	33%	6%	33%	6%	33%	6%
3.7 valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;	33%	11%	33%	6%	33%	6%	33%	6%
3.8 passivos e contingências ambientais.	33%	11%	33%	6%	33%	6%	33%	6%

Fonte: dados da pesquisa, 2011 e resultados encontrados por Cavalcanti *et al.* (2009).

Na divulgação de investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente (item 3.1.), por subsetor, observou-se que assim como em 2007, aquele que apresentou maior aderência a esse item foi o de água e saneamento, com 100%. Seguido do setor de geração e distribuição de energia elétrica, responsável por 97 % de aderência em todos os anos analisados. Representando um aumento na divulgação quando comparado com o estudo de 2007, ocasião em que se observou uma aderência de 95% ao item em questão.

A empresa representante do segmento de Gás apresentou essa informação em seu Balanço Social, mostrando aderência a esse item da norma, assim como no exercício social de 2007, detectado por Cavalcanti *et al.* (2009).

No que se refere à divulgação de investimentos e gastos com preservação e/ou recuperação de ambientes degradados, conforme exige o item 3.2 da NBCT – 15, observa-se modestos percentuais de aderência. No setor de geração e distribuição de energia, obteve-se 16% de organizações adequadas a esse item da norma no ano de 2008, 14% em 2009 e voltando para 16% de divulgação no ano de 2010. Tais resultados se mostram próximos aos encontrados para 2007, quando houve 16% de empresas aderindo a esse item. No setor de gás não houve divulgação dessas informações nos anos analisados. O setor de água e saneamento obteve 33,3% de aderência ao item 3.2 da NBC T 15, em todos os anos estudados, sendo repetido, portanto, o resultado detectado em 2007.

Reflete-se que o fato da divulgação de investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados pode revelar que a empresa que o evidenciou degradou o meio ambiente. Sabendo-se que o investimento com a recuperação de ambientes degradados pode requerer grandes somas, é comum a empresa só realizá-lo através de ato coercitivo, tornando, portanto, uma possível justificativa para a modesta adesão a este item.

Por outro lado, o expressivo grau de adesão encontrado para a divulgação de investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente, conforme comentado anteriormente, pode ter influenciado no modesto grau de adesão do item 3.2. Tal pensamento se justifica pela possibilidade de êxito na gestão dos processos operacionais ambientalmente corretos, desenvolvido pelas empresas estudadas, o que pode contribuir para redução da degradação do meio ambiente.

Esses dados permitem inferir que não houve avanços significativos na divulgação de informações ambientais nos moldes da NBC T 15, uma vez que os percentuais apresentados mostram pouquíssimas variações comparadas com os de 2007.

Outro aspecto considerado neste estudo se refere à divulgação dos investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade (item 3.3). Considera-se a educação ambiental dos colaboradores das entidades um fator preponderante para que as organizações possam alcançar a efetivação plena do desenvolvimento sustentável.

Nesse aspecto, observou-se que não houve divulgação dessas informações no setor de água e saneamento. Mesma situação verificada no estudo de 2007. O segmento de geração e distribuição de energia elétrica revelou um índice em torno de 12% de aderência ao item 3.3 da NBC T-15, nos anos estudados, denotando aumento significativo, quando comparado ao observado em 2007, época em que houve apenas 3% de divulgação dessas informações (Tabela 5). O setor de gás não teve informações a cerca da educação ambiental para os colaboradores no período estudado.

A melhora nesse índice para o segmento de geração e distribuição elétrica pode demonstrar um maior interesse e maior compromisso por parte das organizações com o desenvolvimento sustentável de suas atividades.

Com relação a investimentos de educação ambiental para a comunidade (item 3.4), as empresas estudadas apresentaram resultados distintos nos anos analisados. Observou-se que o setor de água e saneamento continuou deixando a desejar na divulgação de informações a cerca de investimentos relacionados a educação ambiental das comunidades, repetindo resultado encontrado em 2007. O setor de geração e distribuição de energia elétrica divulgou esse tipo de investimento em 15 % das empresas em 2008 e passando para cerca de 11% das informações em 2009 e 2010. Todos os índices encontrados ficaram abaixo do registrado em 2007, quando foi constatado um índice 21% de empresas divulgando tais informações. (Tabela 4).

No ano de 2007, segundo o estudo de Cavalcanti *et al* (2009) foram encontradas informações atendendo a esse item (3.4) da norma no setor de gás, porém, não foram localizadas nos demais anos investigados.

Ressalta-se que nos anos de 2009 e 2010, houve uma queda do número de empresas de geração e distribuição de energia elétrica que divulgaram informações relativas ao item 3.4. Uma empresa passou a elaborar seu Balanço Social no modelo do IBASE, que não contempla de forma explícita essas informações. Esse fato fez com que o percentual de empresas que evidenciaram tais informações caísse, passando a representar 11% em 2009 e 12% em 2010

das amostras estudadas no período. Na comparação com o exercício social de 2007, houve um decréscimo, uma vez que, no ano em questão, houve 21% de aderência a norma. Esse resultado pode ser reflexo da mudança gradativa das entidades para o modelo de Balanço Social do IBASE, que não contempla esse item da norma.

No item 3.5 da NBC T 15, relativo a investimentos e gastos com outros projetos ambientais, as empresas estudadas mostraram grande aderência, graças ao modelo IBASE de Balanço Social utilizado pelas organizações estudadas, que contempla este item. Os resultados foram os seguintes: em 2008, 84% das empresas do segmento de utilidade pública apresentaram aderência a este item da norma, passando para 79% em 2009 e voltando para 84% no ano de 2010. (tabela 4). No ano de 2007, este percentual foi de 79% aderência. Tal evolução pode revelar maior preocupação no ambiente empresarial no desenvolvimento de projetos ambientais. No subsetor de água e saneamento houve 67% de aderência a este item da norma. Não havendo, portanto mudança com relação a 2007, quando se encontrou o mesmo percentual. (Tabela 5)

Comparando o resultado de 2007 com o encontrado no conjunto de anos estudados, para o subsetor de geração e distribuição de energia elétrica, observaram-se um pequeno aumento, passando de 79% de aderência para cerca 81% em média nos anos analisados. (tabela 5). A empresa representante do subsetor de gás mostrou aderência a esse item da norma, apresentado de forma clara no Balanço Social.

Por outro lado, o grau de adesão à divulgação da quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade revela modesta adesão. Observou-se que apenas 8% das empresas do setor de utilidade pública divulgaram informações a cerca dos processos ambientais movido contra as mesmas (item 3.6), percentual este que se manteve constante em todos os anos analisados. Esse pequeno percentual, ainda é menor do que o observado com a pesquisa de 2007, quando 12% empresas estudadas tinham divulgado os eventos dessa natureza. (Tabela 4).

A divulgação desse tipo de informação pode contribuir negativamente para a imagem da empresa. Deegan e Rankin (1996 *apud* MOREIRA *et al.*, 2012) verificaram que as empresas são mais propensas a apresentar informações em seus relatórios ambientais que sejam favoráveis à sua imagem corporativa, e tendem a omitir informações de natureza negativa que possam impactar em sua legitimidade perante a sociedade.

Porém, o percentual de empresas que divulgam essas informações reforça o compromisso e a transparência da organização com seus *stakeholders* nas informações prestadas, conduzindo a uma divulgação mais justa e adequada.

Observando cada um dos subsetores, constata-se que um terço das empresas de água e saneamento divulgou informações sobre processos ambientais em que se envolveram, conforme solicita o item 3.6 da NBC T 15 representando 33%, mesmo percentual encontrado em 2007. No subsetor de geração e distribuição de energia houve 6% de aderência a norma. Havendo um decréscimo na divulgação desse item nos anos estudados, já que no estudo com os dados de 2007, constatou-se que 11% de empresas atenderam este item da norma. (Tabela 5). No subsetor de gás, assim como no ano de 2007, não houve informações a cerca do numero de processos envolvendo o meio ambiente nos anos subsequentes.

Vale salientar que a não observação dessas informações nos balanços sociais verificados pode ser reflexo da entidade não ter nenhum tipo de processo ou litígio envolvendo o meio ambiente.

Em relação à divulgação do valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente (item 3.7), as empresas estudadas tiveram 94% de não aderência à norma nos períodos analisados. Significando que grande parte das empresas que participaram do estudo, optaram por não divulgar tais informações ou não tinham esses valores a pagar.

É interessante frisar que o resultado dos exercícios sociais de 2008, 2009 e 2010, tiveram exatamente a mesma performance do item anterior sobre a quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade. As mesmas empresas que divulgaram a quantidade processos ambientais, também divulgaram os valores a cerca desses litígios em seus Balanços Sociais, demonstrando, portanto, certa coerência nas informações.

Quanto a evolução da aderência à este item da norma também houve um pequeno decréscimo no nível de evidenciação nos períodos analisados, passando de 12% de aderência a norma em 2007 para 6% nos exercícios sociais utilizados na pesquisa. Novamente o subsetor de água e saneamento, mostrou o melhor desempenho no que diz respeito à divulgação dessas informações, com 1/3 das empresas divulgando essas informações no triênio analisado, repetindo o resultado observado em 2007.

O setor de geração e distribuição de energia elétrica mostrou um desempenho um pouco menor quando comparado ao visto no ano de 2007, em que foi observado um grau de aderência de 11%. Nos anos de 2008, 2009 e 2010 foi registrado o percentual de 6%, mostrando assim um decréscimo em relação ao nível de divulgação de informações segmentadas. Quanto ao setor de gás, não foram observadas informações a cerca desse item em seu Balanço Social, sendo assim repetido o mesmo resultado de 2007.

Observando os dados relativos à aderência do item 3.8 da NBC T 15, relativo a divulgação de passivos e contingência ambientais, constatou-se, no período analisado, baixo índice de aderência a esta exigência. Em todos os anos analisados, as empresas do setor de utilidade pública se comportaram de maneira igual, obtendo apenas 8% de aderência. (Tabela 4). No estudo realizado em 2007, foi obtido o percentual de 12% de aderência a este item da norma. Havendo, portanto, uma queda nos anos observados.

Esse baixo índice pode ser reflexo de que muitas das empresas estudadas se permitem “a não divulgação desse item por acharem que o conceito de passivo ambiental está ligado apenas a uma conduta ambiental inadequada”. (CAVALCANTI *et al.*, 2009, p. 116). No entanto, esse item também se destina a correta divulgação de obrigações relativas ao meio ambiente, como a compra de algum equipamento que propicie uma relação harmoniosa entre a produção e o meio ambiente.

Quanto à divulgação por subsetor, o de água e saneamento continuou com o mesmo índice de evidenciação em todos os anos analisados, 33,3% que também é o mesmo percentual encontrado em 2007. Portanto, não houve mudança quando a ao grau de adesão a exigência do item 3.8 da NBC T 15. Quanto ao setor de geração e distribuição de energia houve um decréscimo passando de 11% em 2007 para 6% em 2008, 2009 e 2010.

Do exposto, observa-se que não há adesão total as exigências da NBC T 15 quanto a divulgação de informações ambientais pelas empresas do setor de utilidade pública.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados encontrados permitiram constatar que prevalece a divulgação do Balanço Social através do Relatório da Administração, sendo identificada a preferência de

67% das empresas de água e saneamento, 91% daquelas do subsetor de geração e distribuição de energia, e quanto ao setor de gás, a única empresa pertencente a amostra divulgou o seu Balanço Social no seu sítio institucional para os anos de 2008 e 2009.

Quanto à aderência à NBC T-15, observou-se que as empresas estudadas adotaram o modelo de Balanço Social, emitido pelo IBASE, com adaptação às exigências da NBC T -15, no que se refere a divulgação da informações ambientais.

Em relação aos itens 3.1 ao 3.5, observou-se 43% de aderência, em média, no triênio analisado. Já os demais (itens 3.6 a 3.8) tiveram baixo nível de divulgação, obtendo apenas 8% de aderência nos anos investigados.

Diante do exposto, conclui-se que o grau médio de aderência as exigências de divulgação de informações ambientais estabelecidas pela NBC T 15 é de 28%, promovido pelas empresas do segmento de utilidade pública, no triênio analisado. Tal resultado se mostra inferior ao observado no estudo de Cavalcanti *et al* (2009) no qual foi observado um percentual de 32%.

Constata-se, portanto, decréscimo no nível de divulgação de informações ambientais em conformidade com a NBC T 15, entre 2007 e 2010, no contexto das empresas de utilidade pública, o que pode contribuir para a não promoção de divulgação financeira justa, adequada e completa.

Os achados desta pesquisa contribuem para reflexão sobre a eficácia da NBC T 15 que ao longo de 4 anos, para as empresas estudadas, aponta baixa adesão aos seus dispositivos, numa clara sinalização da necessidade de reformulação normativa, principalmente, com harmonização internacional.

A pesquisa encontra limitações decorrentes, principalmente, de não objetivar explicar a escolha corporativa de não divulgar determinado item normativo, não permitindo inferir se a falta de divulgação de determinado item é decorrente de omissão ou se o mesmo não é aplicável à empresa.

Apresenta-se, como sugestões para futuras pesquisas, na qual seja trabalhado o mesmo objetivo, ampliar a amostra estudada para permitir comparação com empresas participantes de outros segmentos, também ambientalmente impactantes, como o de papel e celulose, por exemplo. Outra proposta de estudo é a de trabalhar o mesmo objetivo, considerando empresas sem e com governança corporativa, baseando-se na premissa de que a evidenciação, inclusive ambiental, é um dos pilares da governança e na expectativa de que quanto maior o nível de Governança Corporativa, mais evidenciação a empresa faça.

## REFERÊNCIAS

ADAMS, Carol A. *Internal organizational factors influencing corporate social and ethical reporting: beyond current theorizing*. **AAAJ – Accounting, Auditing & Accountability Journal**. v. 15, n. 2, p. 223-250, 2002.

AERTS, Walter; CORMIER, Denis; MAGNAN, Michel. *Intra-industry imitation in corporate environmental reporting: an international perspective*. **JAPP – Journal of Accounting and Public Policy**, v. 25, p. 299-331, 2006.

BRAZ, José Luiz Pereira; SLOMSKI, Vilma Geni; SLOMSKI, Valmor; MEGLIORINI, Evandir; GUIMARÃES, Isac Pimentel. *A Evidenciação Contábil do Resultado Social e*



FONSECA, F. A. P. de B.; ALMEIDA, K. K. N. de; FRANÇA, R. D. de **Evidenciação de Informações...**

*Ambiental em Organizações: Uma proposta a partir da experiência do DAEP – Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Penápolis para a CORPE – Cooperativa dos Recicladores de Penápolis.* In: *Anais...do 1st South American Congress on Social and Environmental Accounting Research – CSEAR 2009.* Rio de Janeiro. 2009. Disponível em: <<http://www.facc.ufrj.br/csear2009/03.pdf>> Acesso em: 15 de outubro de 2011.

BALANÇO SOCIAL – Modelo IBASE. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br>> Acesso em 1 de agosto de 2011.

CALIXTO, Laura. *Uma análise da evidenciação ambiental de companhias brasileiras.* **UnB Contábil**, v. 10, p. 1-16, 2007.

CAVALCANTI, Gabriella Holanda; ALMEIDA, Karla Katiuscia Nóbrega de; ALMEIDA, Silvio Romero de, LIMEIRA, Marizelma Patriota. *Divulgação de Informações Contábeis Ambientais das Empresas Brasileiras do Setor de Utilidade Pública: Um estudo sobre o grau de Aderência às Normas Brasileiras de Contabilidade.* **Sociedade, Contabilidade e Gestão.** Rio de Janeiro, v.4, n.2, p. 104-118, 2009.

CLARKSON, Peter LI; Yue RICHARDON, Gordon. *Revisiting the relation between environmental performance and environmental disclosure: an empirical analysis.* **AOS – Accounting, Organizations and Society**, v. 33, p. 5-25, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. *Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade.* Brasília: CFC, 2003.

COSTA, Rodrigo Simão da; MARION, José Carlos. *A Uniformidade na Evidenciação das Informações Ambientais.* **R. Cont. Fin. USP.** São Paulo, n.43, p. 20-33, 2007.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. *Contabilidade Ambiental.* São Paulo: Atlas. 2006.

*GLOBAL REPORTING, WHAT'S GRI?.* Disponível em: <<http://www.globalreporting.org/AboutGRI/WhatIsGRI/>> Acesso em: 29 de setembro de 2011.

GUIA DO BALANÇO SOCIAL. Disponível em: <[http://www.ethos.org.br/\\_Uniethos/documents/20060821/guia\\_balanco\\_social\\_2006.pdf](http://www.ethos.org.br/_Uniethos/documents/20060821/guia_balanco_social_2006.pdf)> Acesso em: 15 de outubro de 2011.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. *Teoria da Contabilidade.* Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas. 1999.

IUDÍCIBUS, Sergio de. *Teoria da Contabilidade.* 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

\_\_\_\_\_; MARION, José Carlos. *Introdução à Teoria da Contabilidade.* 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.



FONSECA, F. A. P. de B.; ALMEIDA, K. K. N. de; FRANÇA, R. D. de **Evidenciação de Informações...**

JORNAL DE NEGOCIOS. *Invista onde estão os seus valores*. Disponível em: <[http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS\\_V2&id=500491](http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=500491)> Acesso em: 25 e agosto de 2011.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007*. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1230&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1230&id_pagina=1)> Acesso em: 01 de novembro de 2011.

MALHEIROS, Tadeu Fabricio; PHILIPPI JR, Arlindo; COUTINHO, Sonia Maria Viggiani. *Agenda 21 Nacional e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: contexto brasileiro. Saúde e Sociedade* v. 17, p. 7-20, 2008.

MAGNESS, Vanessa. *Strategic Posture, Financial performance and environmental disclosure: an empirical test of legitimacy theory*. **AAAJ – Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 19, n. 4, p. 540-563, 2006

AGENDA 21. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio>> Acesso em: 25 de julho de 2011.

MOREIRA, Nayara Batista. DIAS FILHO, José Maria. GOMES, Sônia Maria da Silva e CONCEIÇÃO, Mirian Gomes. *Fatores que impactam a divulgação voluntária de informações socioambientais na percepção dos gestores de empresas brasileiras de energia elétrica*. In: **Anais... VI CONGRESSO ANPCONT, 2012**, Florianópolis. Disponível em: <<https://www.furb.br/especiais/download/381424-938772/CCG%2022.pdf>> Acesso em: 02 jul 2012.

NORMAS E PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA – NPA. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/publicacoes/resultado.asp?identificador=842>> Acesso em: 15 de outubro de 2011.

NOSSA, Valcemiro. **Disclosure ambiental**: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional. 2002. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-21122005-101506/>>. Acesso em: 15 de novembro de 2011.

O'DWYER, Brendan. *Managerial perceptions of corporate social disclosure: an Irish story*. **AAAJ – Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 15, n. 3, p. 406-436, 2002.

PATTEN, Dennis. CHO, Charle. *The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: a research note*. **AOS – Accounting, Organizations and Society**, v. 32, p. 639-647, 2007.

PORTAL DE NOTÍCIAS, *TJ determina prosseguimento de ação contra AES Florestal*. Disponível em <[http://www.portaldenoticias.com.br/PDF/ED\\_397/p3.pdf](http://www.portaldenoticias.com.br/PDF/ED_397/p3.pdf)>. Acesso em: 09 de novembro de 2011.

RAHAMAN Abu; LAWRENCE, Stewart; ROPER Juliet. *Social and environmental reporting at the VRA: institutionalized legitimacy or legitimation crisis?* **CPA – Critical Perspectives on Accounting**, v. 15, p. 34-56, 2004.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio e KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. *Contabilidade e Gestão Ambiental*. São Paulo: Atlas, 2008.

\_\_\_\_\_ e ROBLES, Léo Tadeu. *Contribuição ao desenvolvimento da contabilidade da gestão ambiental e da sua divulgação: estudo de casos de três empresas brasileiras com atuação global*. **Revista do Centro de Ciências Administrativas (UNIFOR)**, v. 12, p. 115-129, 2006.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; RODRIGUES, Fernanda Fernandes. *Análise das variáveis que influenciam as informações divulgadas nos relatórios da administração das companhias abertas brasileiras: um estudo empírico nos anos de 2001 a 2003*, In: Anais... 6º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2006. São Paulo. CD-ROM.